Decreto n.º 23:527

A Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Leça do Balio representou superiormente no sentido de ser autorizada a adquirir o terreno necessário à construção de um edificio para quartel e sede social.

E assim:

Tendo em vista as disposições contidas no artigo 35.º e seus parágrafos do Código Civil;

Mas,

Considerando que os estatutos da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Leça do Balio lhe proibem a aquisição de bens imóveis sem autorização do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Leça do Balio, do concelho de Matozinhos, distrito do Porto, a adquirir o terreno destinado à construção de um edificio para quartel e sede social da referida Associação.

Publique-se.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Portaria n.º 7:766

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, inserir no artigo 70.º das instruções preliminares das pautas um novo número, assim redigido:

N.º 47.—A. O chá, o arroz em meio preparo e o arroz não especificado, originários das colónias portuguesas, importados nas condições do artigo 75.º destas instruções preliminares, cujo diferencial é elevado a 70 por cento, nos termos do decreto-lei n.º 23:474, de 19 de Janeiro de 1934.

Ministério das Finanças, 30 de Janeiro de 1934.—O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 23:528

Considerando que pelo artigo 2.º do decreto n.º 17:399 foi alterado o artigo 31.º do decreto com força de lei n.º 16:407, de 19 de Janeiro de 1929, por se ter reconhecido a necessidade da nomeação de um presidente permanente para o conselho administrativo da 2.ª Direcção Geral, hoje das 1.ª e 2.ª Direcções Gerais do Ministério da Guerra;

Considerando também que igual necessidade se vem reconhecendo de há muito a esta parte no que respeita à nomeação do vogal relator;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O cargo de vogal relator do conselho administrativo das 1.ª e 2.ª Direcções Gerais do Ministério da Guerra passa a ser desempenhado por um ma-

jor ou tenente-coronel de qualquer arma, do quadro activo ou da reserva.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Luiz Alberto de Oliveira.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 23:529

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A rubrica orçamental «Fardamento» constante do n.º 6) do artigo 199.º do orçamento do Ministério da Marinha respeitante ao ano económico de 1933-1934 passa a ter a seguinte designação: «Fardamento e dívidas insolúveis de fardamento».

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar—Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira—Manuel Rodrigues Júnior—Luiz Alberto de Oliveira—Antbal de Mesquita Guimarães—José Caetano da Mata—Duarte Pacheco—Armando Rodrigues Monteiro—Alexandre Alberto de Sousa Pinto—Sebastião Garcia Ramires—Leovigildo Queimado Franco de Sousa.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral Militar

Decreto-lei n.º 23:530

Considerando que, no interesse da ordem pública, da disciplina e da boa administração da justiça militar no Império Colonial, se torna necessário providenciar de modo a poderem, em determinados casos, alterar-se as regras gerais de competência dos tribunais militares territoriais;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Se no interesse da ordem pública, da disciplina ou da boa administração da justiça militar no Império Colonial parecer conveniente que, em algum caso extraordinário, sejam alteradas as regras de competência dos tribunais militares territoriais prescritas nos artigos 369.º a 372.º do Código de Justiça Militar, pôsto em vigor nas colónias pelo decreto n.º 12:393, de 27 de Setembro de 1926, o Ministro das Colónias poderá ordenar ao promotor de justiça militar no tribunal onde pender qualquer processo que, expondo os motivos da conveniência da alteração, requeira ao Supremo Tribunal Militar que designe outro tribunal militar territorial para tomar conhecimento do caso e julgar os acusados.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*An-*